

## **O ADEUS AO REACTOR PORTUGUÊS?**

A crise para que foi “empurrado” o Instituto de Ciências e Engenharia Nucleares [ICEN] em Novembro de 1992 — crise que persiste — faz com que sobre o Reactor Português de Investigação [RPI] pairasse uma “ameaça de morte”, com consequências que, aparentemente, estão a ser ignoradas. A insensatez da situação incita à procura de uma resposta objectiva para a seguinte questão: justificar-se-á que o RPI continue a funcionar ou deverá ser encerrado?

O RPI é uma infra-estrutura científica única na península ibérica, como fonte intensa de neutrões — partículas constituintes dos núcleos atómicos, desprovidas de carga eléctrica, que constituem uma “ferramenta” particularmente apropriada para provocar transformações da matéria, com aplicações de extrema utilidade. O reactor nuclear de Sacavém tem sido, comprovadamente, um pólo de desenvolvimento de projectos de investigação aplicada em vários domínios (estudos de poluição ambiental, caracterização de ecossistemas, mutações com interesse agrónomico, estudos de nutrição e saúde, ciência dos materiais, geoquímica, preservação do património cultural, etc.), além de ser uma máquina que tem desempenhado um papel ímpar na implementação de técnicas nucleares polivalentes e na formação de técnicos, em particular na área da física e engenharia de reactores nucleares. Numa palavra: o património científico do nosso país é mais rico com o RPI do que sem ele.

Não obstante, parece haver quem entenda que o RPI não deve ser mantido em funcionamento, por três ordens de razões: porque o Governo não tenciona enveredar pela opção nuclear (produção de energia eléctrica em centrais nucleares); porque o RPI é um reactor com mais de 30 anos e, portanto, está obsoleto; e porque o funcionamento do RPI é muito dispendioso.

Sobre o primeiro argumento, qualquer pessoa minimamente informada sabe que a existência de um reactor nuclear de investigação pouco tem a ver com a opção nuclear. A prova, pela negativa, é que o Governo espanhol mantém as suas centrais nucleares em funcionamento, embora tenha decidido há anos, por razões políticas, mandar encerrar o seu único reactor nuclear de investigação. Só que, agora, cientistas espanhóis que necessitam de neutrões vêm fazer experiências ao Reactor Português de Investigação...

Também não é válido o argumento dos que entendem que o RPI está “velho”: foi recentemente objecto de obras vultuosas de modernização no valor de 340 mil contos, com uma participação de 110 mil contos por parte da Agência Internacional de Energia Atómica. Em boa verdade, o RPI está em condições de funcionar por muitos anos ainda, com respeito pelas normas de segurança, como sempre, e correspondendo aos objectivos para que foi construído. Assim sejam dadas ao ICEN condições para isso.

Em relação ao argumento de que é muito caro manter um reactor nuclear em funcionamento, deixa-se ao cuidado do leitor ajuizar se o custo total de 60 mil contos por ano referentes à operação e manutenção do RPI constitui um peso significativo para o erário público, sendo conveniente ter presente, como é óbvio, o correspondente binómio custo/benefício, que envolve componentes não contabilizáveis em termos meramente economicistas. Por exemplo: como se avaliam as consequências que decorrem da inviabilização de projectos de investigação de mérito reconhecido? e a perda de competências nacionais no domínio nuclear, que é uma área estratégica a nível internacional?

Voltando à questão inicial — que é a de saber se o RPI deverá ou não continuar em funcionamento —, há que afirmar claramente que, seja qual for a decisão que o Governo entenda tomar, o que não pode é continuar a manter a actual situação de indefinição, sem correr o risco de Portugal se terceiro-mundializar no domínio nuclear, onde as responsabilidades do Estado, a nível interno e externo, envolvem aspectos de extrema delicadeza, por exemplo em termos de segurança de instalações e de salvaguarda de materiais.

Uma das facetas mais paradigmáticas do processo em curso, pela insensibilidade com que está a ser encarado, diz respeito à gestão dos recursos humanos afectos ao complexo laboratorial de Sacavém, em que nem o princípio da «*estrita adequação às necessidades funcionais*» da chamada “lei dos disponíveis” está a ser respeitado.

De facto — e como se não bastasse já a debilidade das equipas que têm a responsabilidade primeira da segurança do RPI, debilidade que resulta de os investigadores e técnicos seniores estarem à beira da reforma, de os mais novos irem “fugindo” devido à incerteza do futuro das suas carreiras, e de não haver

admissões, desde há vários anos —, no recente procedimento administrativo que teve lugar no INETI visando o afastamento de funcionários supostamente disponíveis, foram incluídos dois operadores do reactor nuclear de Sacavém entre o pessoal considerado “a mais”. Se se tiver em conta que havia três operadores, constata-se que, em vez de se reforçar a equipa de operação do RPI, se procedeu à amputação de parte dela. Convirá aqui esclarecer que, com um operador (e uma equipa cada vez mais reduzida de investigadores e técnicos), o reactor não poderá funcionar. Mais: não poderá funcionar mas também não poderá ficar desactivado. Por razões de segurança. Porque um reactor nuclear não é uma instalação trivial, que se possa fechar à chave e virar-se-lhe as costas...